AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

Micropolíticas juvenis e gestão das águas: estudo de caso dos jovens atuantes no projeto NEA-BC sobre a gestão pública dos recursos hídricos[1]

Daniel Arrebola[2]
Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS/UFES)
https://orcid.org/0000-0003-0854-4363

Mariana Pedro[3]
Universidade Cândido Mendes
https://orcid.org/0009-0003-5243-1478

RESUMO: O projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC), desenvolvido pela Associação Raízes, é uma condicionante do licenciamento ambiental federal com foco na participação de jovens e lideranças locais na mitigação de impactos socioambientais da cadeia petrolífera. Por anos o projeto fomentou a participação social na gestão das políticas públicas de recursos hídricos. Este trabalho dialoga sobre a organização micropolíticas dos jovens do projeto na gestão das águas através do controle social no Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João. A atuação do NEA-BC entre 2014 e 2023 oportunizou a inclusão da juventude nos processos de decisões sobre águas na Região dos Lagos fluminense. Essa participação dos jovens do NEA-BC abre a discussão sobre a importância da sociedade civil na gestão hídrica. Os resultados do trabalho apresentam como as organizações juvenis contribuem para criações de mecanismos de garantia do controle social na gestão hídrica.
Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica. Micropolíticas Juvenis. Controle Social. Gestão das Águas.

[1] Recebido em: 12/06/2024. Aprovado em: 18/03/2025.
[2] Doutor em Ciências Sociais (PPGCS/UFES, 2024). Mestre em Políticas Sociais (PPGPS/UENF, 2020). Colaborador da Unidade Experimental de Imagem e Som - UESI/UENF. Pós-Graduação Lato Sensu em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade de Filosofia e Teologia dos Jesuítas de Belo Horizonte (FAJE, 2016). Possui graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Anhanguera Uniderp (2009). Bacharelado em Ciências Sociais pela PUC Rio (2014). Email: daniellarrebola@gmail.com
[3] Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá (2019). Pós-graduada em Gestão Pública e Legislação Urbana pela Universidade Cândido Mendes (2021). Pós graduada em Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino pelo IFRJ Campus Arraial do Cabo (2022). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (2023). É educadora social da Associação Raízes na execução do projeto NEA-BC em Araruama. mariana.araperj@gmail.com

Micropolítica juvenil y gestión del agua: estudio de caso de jóvenes que trabajan en el proyecto NEA-BC sobre gestión pública de los recursos hídricos

Resumen: El proyecto Núcleo de Educación Ambiental de la Región de la Cuenca de Campos (NEA-BC), desarrollado por la Asociación Raízes, es un requisito del licenciamiento ambiental federal, con un enfoque en la participación de jóvenes y líderes locales en la mitigación de los impactos socioambientales de la industria petrolera. Durante años, el proyecto ha fomentado la participación social en la gestión de las políticas públicas de recursos hídricos. Este trabajo analiza la organización micropolítica de los jóvenes del proyecto en la gestión del agua a través del control social dentro del Comité de Cuenca Lagos São João. La actuación del NEA-BC entre 2014 y 2023 permitió la inclusión de la juventud en los procesos de toma de decisiones sobre el agua en la Región de los Lagos, en el estado de Río de Janeiro. La participación de los jóvenes del NEA-BC abre el debate sobre la importancia de la sociedad civil en la gestión del agua. Los resultados de este estudio demuestran cómo las organizaciones juveniles contribuyen a la creación de mecanismos que garantizan el control social en la gestión hídrica.
Palabras clave: Educación Ambiental Crítica. Juventud. Control Social, Gestión del Aguas.

Youth micropolitics and water management - case study of young people working in the NEA-BC project on public management of water resources

Abstract: The Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC) project, developed by the Associação Raízes, is a requirement of the federal environmental licensing process, focusing on the participation of young people and local leaders in mitigating the socio-environmental impacts of the oil industry. For years, the project has fostered social participation in the management of public water resource policies. This work discusses the micropolitical organization of the project's youth in water management through social oversight within the Lagos São João Watershed Committee. NEA-BC's activities between 2014 and 2023 enabled youth inclusion in decision-making processes regarding water management in the Região dos Lagos, in the state of Rio de Janeiro. The participation of NEA-BC's young members raises discussions about the importance of civil society in water governance. The results of this study demonstrate how youth organizations contribute to the creation of mechanisms that ensure social control in water management.
Keywords: Critical Environmental Education. Youth. Social Control. Water Management.

INTRODUÇÃO

A juventude, além de enfrentar os inúmeros desafios envoltos ao próprio ser jovem, passa cotidianamente, na dinâmica das cidades, por dificuldades no acesso a políticas públicas específicas para si, bem como, por todas as demais problemáticas que as cidades enfrentam nos mais diversos setores. Atualmente assistimos a uma nova onda de problemas causados nas áreas urbanas em decorrência da avançada degradação ambiental existente no país e no mundo. Essa afirmação pode ser constatada a partir dos dados trazidos pelo Atlas das Juventudes[4] do ano de 2021, que apresenta um diagnóstico

[4] O Atlas da Juventude é um documento que reúne e dissemina dados sobre a juventude numa perspectiva de dar base à construção de políticas públicas que possibilitem o enfrentamento das problemáticas apontadas. Ele é uma iniciativa das redes de organizações Em Movimento e Pacto das Juventudes pelos ODS, e pode ser acessado no endereço eletrônico https://atlasdasjuventudes.com.br/

das problemáticas enfrentadas pela juventude e possíveis soluções com relação às políticas públicas de educação, saúde, mobilidade urbana, segurança, meio ambiente, entre outras.

As notícias sobre a perda de novas áreas de florestas e sobre a poluição de nossos recursos hídricos têm sido recorrentes e as nossas cidades e consequentemente a população já tem percebido ou sofrido em alguma medida os efeitos das mudanças climáticas. A iminência da escassez de recursos naturais indispensáveis à vida têm gerado um conjunto de incertezas sobre esta e principalmente sobre as futuras gerações, e as discussões em busca de uma resolução tem atravessado diferentes fronteiras geográficas, precisando perpassar ainda, algumas barreiras que dificultam a integração dos jovens na discussão pública sobre a questão ambiental, uma vez que "a produção de conhecimento sobre meio ambiente é bastante restrita no seu diálogo com as juventudes" (Atlas das juventudes, 2021, p. 232) e que há a uma série de marcadores sociais que criam resistências quanto a participação da juventude e que insistem em entendê-la como projetos de futuro e meros expectadores do presente.

Contrapondo este pensamento, concordamos com Freire (2001, p.59), quando diz que a juventude não é um objeto que se adapta ao mundo, mas um ser social ativo que se insere ao mundo e faz história. Por isso, a juventude precisa assumir centralidade nessa e em outras discussões e compartilhar desse lugar de poder na gestão ambiental pública.

Ademais, a participação juvenil nas discussões públicas não é algo que se concretiza pela simples vontade dos jovens em promover mudanças, sendo assim faz-se necessária a efetivação de mecanismos e acessos que superem as resistências de participação. Como resposta a estes desafios e mediante as urgências sociais a juventude tem criado seus espaços próprios de discussão, bem como tem participado e integrado ações de instituições focadas no exercício da cidadania e no controle social.

Nesta conjuntura, o projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC), que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, tornou-se um espaço propício para a atuação das juventudes dos 17 municípios brasileiros onde atua, visto que executa suas ações a partir da atuação voluntária de jovens e lideranças comunitárias tendo como objetivo fomentar a participação social na gestão ambiental pública a partir de seus processos diagnósticos, formativos e principalmente, interventivos. Assim, entendendo a essencialidade da

participação e intervenção juvenil nos espaços de decisão, este trabalho objetiva apresentar como a juventude do projeto NEA-BC, no estado do Rio de Janeiro, fomentou ações de garantia de participação juvenil para a gestão das águas dos municípios integrantes da Região Hidrográfica VI, gerida pelo Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João.

Breve Histórico - Das legislações de proteção ao meio ambiente com vistas no licenciamento aos Projetos de Educação Ambiental

No ano de 1973, por meio do Decreto n° 73.030, foi criada no âmbito do Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Antes desse período as demandas ambientais eram tratadas pelo Ministério do Interior que reunia diversas funções como: desenvolvimento regional, radicação de populações, ocupação do território e migrações internas, territórios federais, saneamento básico, beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios e programa nacional de habitação.

Em 1981 foi publicada a Política Nacional de Meio Ambiente com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente de modo que ele pudesse propiciar a manutenção da vida, o desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a dignidade humana. Em 1989, através da Lei nº 7.735 é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e extinta a SEMA. O órgão surge com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer com que seja executada a Política Nacional do Meio Ambiente. Tendo ainda como atribuição ações voltadas à preservação, conservação, uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis (Brasil, 1989).

Além disso, deste período, ressalta-se entre as legislações que tratam das questões de meio ambiente vigentes no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, publicada em 1981, a Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã e a Política Nacional de Educação Ambiental criada em 1999 sob a Lei nº 9.795, São elas que fortalecem a necessidade da participação da população na gestão do meio ambiente, sendo um direito de todos e responsabilidade do poder público defendê-lo e preservá-lo (Brasil, 1988).

Com o objetivo de regulamentar a Política Nacional de Meio Ambiente, surge o Decreto 99.274 de 1990, indicando a estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Após surge a Lei n° 8.490, de 19 de novembro de 1992, que reorganiza a presidência, e cria o Ministério de Meio Ambiente, que assume a posição de órgão central da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil.

Neste contexto de proteção ao meio ambiente surgem diversas legislações para tratar das questões relacionadas ao uso e exploração de recursos naturais e como alternativa para a minimização dos impactos ambientais gerados por empreendimentos que se utilizam desses recursos, entre eles o licenciamento ambiental. A Licença Ambiental, segundo a Resolução CONAMA nº 237/1997 é o:

> ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (CONAMA, 1997).

Quanto ao que é concebido como impacto ambiental o artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do CONAMA, diz que se trata de:

> (...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança, e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas; A biota; As condições estéticas e sanitárias ambientais; A qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

Todas as atividades potencialmente poluidoras que utilizem recursos naturais e que possam gerar degradação ambiental estão sujeitas a algum tipo de licença ambiental.

Em contribuição à execução da Política Nacional de Meio Ambiente surge em 1999 a Lei nº 9.795 instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, tendo como objetivo proporcionar processos pelos quais o indivíduo e a coletividade construirão aptidões voltadas à conservação do meio ambiente. Em seu artigo 13 a lei cita que o poder público deve incentivar a participação de empresas públicas e privadas na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal[5].

[5] Segundo o artigo 13 do Plano Nacional de Educação Ambiental, "entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente" (Brasil, 1999).

Em 2010, a partir da publicação da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10, surgem novas diretrizes para elaboração, execução e divulgação dos Programas de Educação Ambiental (PEA) desenvolvidos no âmbito do licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás. O documento aborda a temática da gestão ambiental compartilhada e a descreve como um processo que une os diversos atores envolvidos e interessados nas atividades de significativo impacto ambiental. Ele ainda apresenta o diagnóstico participativo como forma de reunir e analisar dados junto aos grupos sociais localizados nas áreas de influência da atividade, o que busca garantir que os principais impactados no processo do licenciamento ambiental sejam minimamente afetados.

Neste contexto, incluem-se os tipos de medidas existentes como forma de mitigação e compensação dos impactos decorrentes da cadeia produtiva do petróleo. Segundo Hamacher e Ferreira Filho (2015) a cadeia produtiva do petróleo é composta pelos seguintes segmentos: Upstream e Midstream, onde o primeiro abrange as empresas que realizam a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás (P&G), e o segundo as empresas que atuam no transporte e refino de P&G. Quanto às medidas de mitigação e compensação o Ibama (2010, p. 3), apresenta que, a primeira busca desempenhar ações que buscam minimizar os efeitos dos impactos difusos negativos, ou seja, aqueles em que não é possível a relação direta com a causa, mas que por meio de fatores distintos entre si, sofrem interferência, e a segunda,ações que têm relação com a identificação de impactos em atividades econômicas buscando compensá-los.

A nota técnica do Ibama apresenta também o Programa de Educação Ambiental (PEA), conceituando-o como um conjunto de projetos existentes numa mesma região, que se articulam para alcançar os objetivos do licenciamento. No Brasil diferentes programas e projetos de educação ambiental atuam como condicionantes das atividades da cadeia produtiva do petróleo. O projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos – NEA-BC compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), abrangendo atualmente 17 municípios brasileiros, de Saquarema-RJ a Itapemirim-ES.

O projeto NEA-BC ao longo das suas quatro fases

O Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) se desenvolve na Bacia de Campos através de projetos orientados por linhas de ações estabelecidas na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 e tem como objetivo a mitigação ou compensação dos impactos da exploração dos recursos naturais, através das atividades petrolíferas nos municípios litorâneos do Estado do Rio de Janeiro, dentre os projetos que compõem o PEA-BC destaca-se o projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC).

O projeto NEA-BC, desenvolvido pela Associação Raízes, é condicionante das atividades de empreendimentos ligados à exploração de petróleo e gás da Petrobras. A sua atuação iniciou na linha de ação A da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10, organização comunitária, e permaneceu nela durante as três primeiras fases do projeto, de 2008 até o início de 2020. A organização comunitária para incidência em políticas públicas como norte para o desenvolvimento de suas ações se deu a partir da escolha de bandeiras de luta pelos comunitários do projeto em cada um dos 13 municípios de sua abrangência à época (Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana). As bandeiras de luta, forma como os grupos chamavam os temas principais de sua atuação, trabalhadas nas fases anteriores foram: recursos hídricos, saneamento básico, saúde, distritalização e mobilidade urbana. Destacadas pelos grupos como políticas públicas deficitárias em cada município.

Os Grupos Gestores Locais (GGL), são formados por moradores da cidade de atuação do projeto NEA-BC que se voluntariam para a sua execução. Os GGL são os principais beneficiários das ações, multiplicadores dos saberes construídos, e os principais atores envolvidos no processo de incidência e exercício do controle social, propostos de forma participativa dentro do plano de trabalho do projeto..

A atuação do grupo ocorre a partir de reuniões de planejamento, representações em espaços de controle social, solicitações e envios de propostas de melhorias ao poder público, da fiscalização dos recursos públicos realizadas pelo GGL e das construções coletivas para disseminação de informação e conhecimento. Desse modo, os grupos gestores fomentam mudanças em políticas públicas, conquistas de cadeiras de

representação em espaços de controle social, o acesso a equipamentos públicos para a população, dentre outras ações que buscam a democratização das decisões públicas. Entre os comunitários participantes do projeto destaca-se a participação da juventude de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Saquarema, municípios da área de abrangência deste estudo cujos participantes começaram a participar do NEA-BC ainda adolescentes (por volta dos 14 anos) e seguiram atuantes ao longo das demais fases do projeto.Na I Fase (2008 a 2012) o projeto buscou os seguintes resultados: população, sobretudo jovens, sensibilizada e mais consciente sobre direitos, cidadania e questões de interesse coletivo da comunidade; Instituições e lideranças locais, sobretudo jovens, mobilizadas e atuando de forma articulada e qualificada em espaços de discussão e decisão no município/região. Os resultados desta fase foram alcançados, visto a participação das lideranças e juventudes na execução das atividades de planejamento e também nas de controle social com foco em ações do poder. Foi nesta fase do projeto que os grupos manifestaram interesse em assumir espaços de controle social.

A II Fase (2012 a 2015) foi marcada pela estruturação dos projetos em cada cidade, passando a ter um profissional responsável pela mobilização e logística do projeto na localidade e um técnico de campo para apoio pedagógico que atuava em dois municípios do projeto, passando também a ter sede e equipamentos para uso na consecução das atividades. A partir da realização do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças, que pode ser compreendido como um ciclo de oficinas formativas acerca da participação social na gestão pública, em 2014, os grupos receberam novos integrantes e qualificaram suas atuações nos espaços de controle.

Na III Fase do projeto (2015 a 2020)[6], os grupos se instrumentalizaram em conhecimento e conseguiram incidir de forma qualificada nas políticas públicas municipais, ocupando cadeiras de representação nos Conselhos de Saúde, Conselhos de Juventude, Conselhos de Meio Ambiente e no âmbito regional nos Comitês de Bacias Hidrográficas e em âmbito Estadual no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, o CERHI. Nesta fase, o Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças passou a ter quatro grandes encontros regionais, dois voltados ao público

[6] As narrativas apresentadas sobre a atuação do Grupo Gestor Local de Arraial do Cabo durante a III e IV Fase do projeto NEA-BC foram extraídas do álbum de memórias do grupo disponibilizado em uma aba do site da Associação Raízes através do link: https://associacaoraizes.org.br/arraial-do-cabo . Opção "acesse o nosso álbum de memórias". Acesso em 13 de janeiro de 2024.

jovem e dois ao público adulto, de forma a trabalhar metodologias focadas nas realidades vividas em cada faixa etária.

Os grupos gestores do projeto também receberam um significativo reforço com a contratação de um GGL, preferencialmente com idade entre 15 e 29 anos, de cada núcleo municipal para atuar como bolsista do projeto, este com a função de se dedicar às pesquisas, acompanhar o diário oficial do município e produzir e disseminar os conhecimentos adquiridos em suas atividades ao GGL e equipe. Os bolsistas são financiados com o recurso do projeto e contratados via parceria com o Instituto Capacitare,. Este papel foi desempenhado majoritariamente por jovens, o que deu novo ânimo aos Núcleos Operacionais e possibilitou a entrada de novos membros no projeto.

Na IV Fase o projeto teve como missão atuar na linha de ação "C" da nota técnica, com foco em ações voltadas ao uso e ocupação do solo e ao cumprimento das diretrizes dos Planos Diretores Municipais e seu objetivo geral, consistiu em

> Mitigar os impactos socioambientais sobre o uso e a ocupação do solo consequentes da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, a partir de uma organização e participação das comunidades na gestão socioespacial nos municípios da Bacia de Campos (Associação Raízes, 2018).

Nessa fase, manteve-se como grupo prioritário, os jovens e as lideranças comunitárias.

A IV Fase do projeto NEA-BC, iniciou em fevereiro de 2020 e finalizou no mesmo mês em 2024, trazendo para o plano de trabalho do GGL atividades e metas distribuídas num cronograma de quatro anos, pautadas em três objetivos: 1) fortalecer os Núcleos Operacionais (NO) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade; 2) construir e disseminar conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial e 3) participar da gestão ambiental por meio do diálogo, acompanhamento na formulação e fiscalização das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais (Associação Raízes, 2018).

Para desenvolver esses objetivos foram definidas as atividades a serem realizadas e as quantidades necessárias para o desenvolvimento qualitativo das ações do projeto de forma que este conseguisse alcançar o objetivo geral.

As atividades que tratam do objetivo 1 visavam a estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades do grupo.

As atividades do objetivo 2 trataram das formas pelas quais o projeto construiu conhecimentos e realizou trocas com a comunidade com intuito de instrumentalizá-la para o exercício da cidadania e do controle social, principalmente nas pautas ligadas aos impactos socioespaciais gerados pela cadeia produtiva do petróleo. A base dessas atividades partiu das Reuniões do GGL, que ocorreram no geral, duas vezes por mês com intuito de construir conhecimentos, capacitar, planejar ações e deliberar sobre assuntos de relevância e de responsabilidade do grupo enquanto membro do projeto ou enquanto ocupante pela Associação Raízes de cadeira de representação em espaços de controle social. Ainda no campo da capacitação do grupo foram realizadas oficinas temáticas e intercâmbios de aprendizagem.

Como forma de qualificar o grupo para a atuação na Linha de ação "C" da nota técnica foram realizados ainda mapeamentos de legislações que tinham interferência nas questões socioespaciais dos municípios, bem como foram realizados grupos de estudo sobre a temática do uso e ocupação do solo, áreas de proteção ambiental e sobre os planos de manejos dessas áreas. Abaixo segue um quadro divulgado pela Associação Raízes com o resultado quantitativo das atividades do objetivo 2 alcançados na IV fase:

Tabela 1: Quantitativo de atividades do projeto NEA-BC em sua IV fase.

Formações			
776 **Reuniões de GGL** Alinhamento de informações e planejamento	**201** **Grupos de estudo** Preparação ou aprofundamento de temas	**74** **Mapeamento das legislações socioespaciais**	**599** **Grupos de trabalho** Reuniões para construção coletiva
0 **Comissões Regionais**	**78** **Intercâmbios e visitas técnicas**	**66** **Oficinas temáticas**	**157** **Formação aberta à comunidade** Diálogo com a comunidade sobre um tema

Fonte: Explora NEA-BC, 2024.

Em relação às atividades do objetivo 3, volta-se para a aplicação das aprendizagens no campo, o exercício do controle social e a prática da cidadania. Neste objetivo o grupo participou de forma mais direta da gestão pública, realizando o monitoramento do orçamento público, produzindo notícias sobre assuntos de relevância para a sociedade ou como forma de devolutiva das suas ações. Como forma de estabelecer diálogo e acompanhar de perto a gestão pública, o grupo participou de

espaços de controle social, ocupando cadeiras de representação com direito a voz e voto.

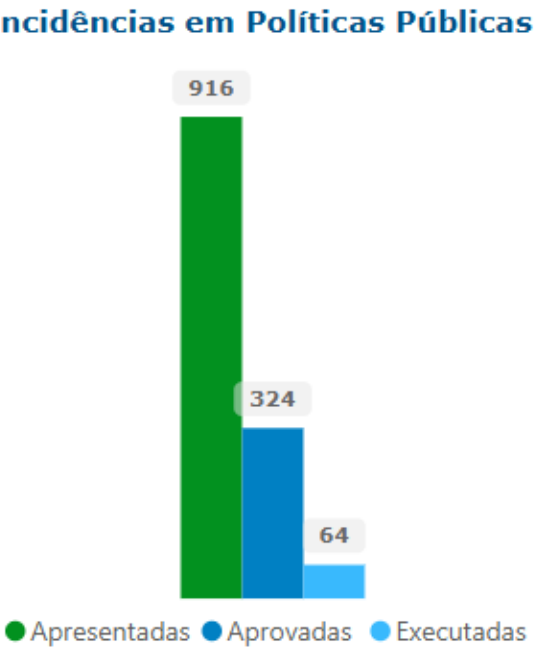
Ao analisarmos os resultados da IV fase do projeto NEA-BC divulgados pela Associação Raízes, temos as seguintes informações:

Tabela 2: Quantitativo de espaços de controle social acompanhados pelo projeto NEA-BC em sua IV fase.

Controle social		
177 Articulações com instituições da sociedade civil e PEAs	**106** Monitoramentos das legislações socioespaciais	**251** Monitoramentos do orçamento público
20 Eventos de controle social	**34** Atividades de revisão do Plano Diretor	**78** Diálogos com o poder público
564 Representações	**342** Participações	**146** Dossiês com as ações das políticas públicas **64** Atualizações

Fonte: Explora NEA-BC, 2024.

Gráfico 1: Incidências em Políticas Públicas do Projeto NEA-BC em sua IV fase.



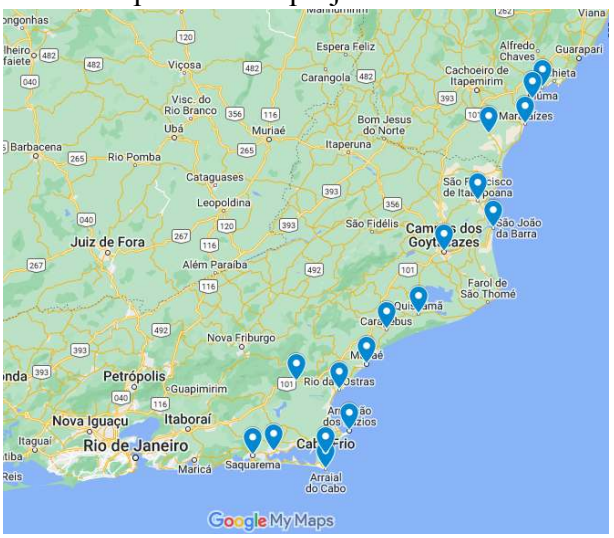
Fonte: Explora NEA-BC, 2024.

Em fevereiro de 2024 foi iniciada a V fase do projeto NEA-BC, que terá vigência de dois anos e seguirá atuando na linha C do licenciamento ambiental com o objetivo de "fomentar a participação social e a incidência popular nas políticas públicas voltadas para a diminuição dos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás nas Bacias de Campos e Santos" (Associação Raízes, 2024). A partir da V fase o projeto passa a atuar em quatro municípios do Espírito Santo (Piúma, Presidente Kennedy, Marataízes e Itapemirim), estes em fase de estruturação. A atuação dos Grupos Gestores Locais dos municípios do Rio de Janeiro, têm contribuído de forma significativa para a ampliação das discussões sobre a importância da participação da sociedade na gestão do território e consequentemente esse fomento à participação popular vem contribuindo para uma mudança de comportamento das pessoas e do poder público, principalmente através da atuação da juventude no controle social das pautas coletivas que envolvem o dia a dia da população no território.

A juventude do projeto NEA-BC no exercício do controle social nos Comitês de Bacias Hidrográficas de 2014 a 2023

Entre a atuação dos jovens do projeto NEA-BC destaca-se neste trabalho o exercício cidadão do controle social, feito via projeto e através da organização micropolítica dos grupos gestores, acompanhantes de cada espaço de participação. Os jovens e demais comunitários do NEA-BC estão presentes nos mais diversos conselhos, municipais ou regionais, com representação em espaços de decisão desde a segunda fase do projeto. A partir de fevereiro de 2024 o projeto passou a abranger 17 municípios brasileiros, sendo incluídos 4 municípios do Espírito Santo, em fase de estruturação e formação dos grupos gestores. Abaixo o mapa de atuação do projeto NEA-BC a partir de 2024.

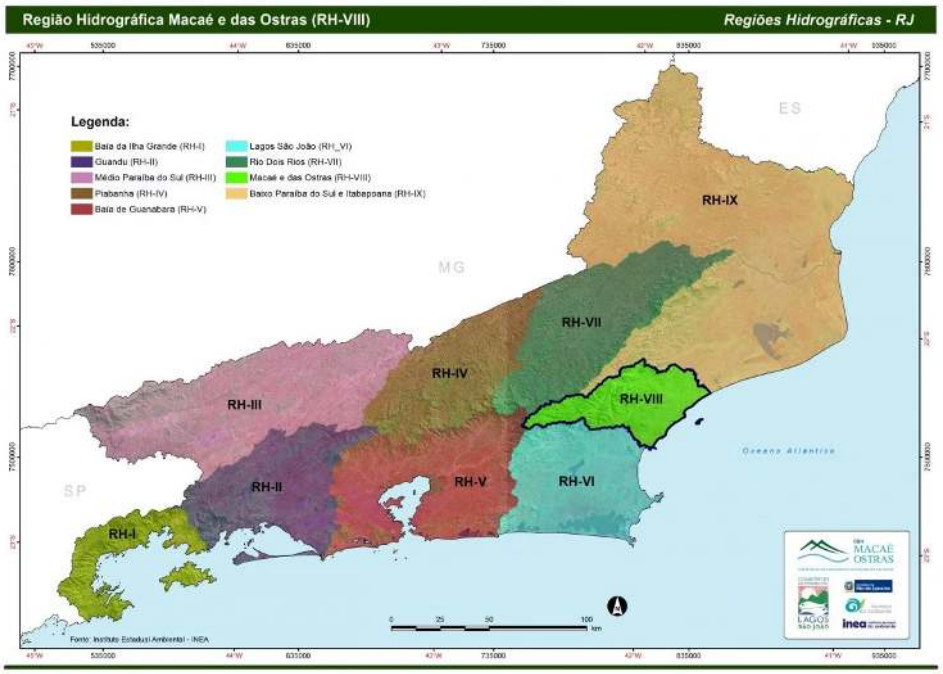
Mapa 1: Municípios onde o projeto NEA-BC está inserido.



Fonte: Elaboração do próprio autor, 2025.

Nos 13 municípios do Rio de Janeiro, há ao menos uma cadeira de representação local em conselhos de diversas áreas, como meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, cultura, juventude, acompanhamento dos Planos Diretores e outros. Além disso, as representações são exercidas também a nível regional nos conselhos das unidades de conservação - UCs - presentes na região da Bacia de Campos e nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Atualmente as representações nos CBHs são feitas nos Comitês Lagos São João (RH VI), Macaé e Rio das Ostras (RH VIII) e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH IX).

Mapa 2: Mapa das Bacias Hidrográficas do estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas Macaé e Ostras, 2024[7].

Ao longo dos anos de atuação do projeto nos CBHs a juventude sempre se fez presente como ouvintes em reuniões das plenárias ou das diversas câmaras técnicas ou subcomitês, e, também, como representantes dos diversos espaços ou como representantes do projeto NEA-BC no CBH de forma geral, através das reuniões de plenárias. Como pontos de destaque das reivindicações das juventudes do projeto destaca-se a demanda de existir um espaço de discussão construído pela juventude, para que esta fosse inserida nos processos de decisão acerca da gestão das águas. Durante a gestão 2021-2023 do CBH Lagos São João, a representante titular do projeto foi uma jovem de 28 anos.

Esses jovens também se fizeram presentes nos Encontros Estaduais de Comitês de Bacias - ECOBs - e nos Encontros Nacionais de Comitês de Bacias - ENCOBs. Esses são eventos que congregam membros dos poderes públicos e sociedade civil atuantes nos mais diversos comitês do Brasil e que usam este espaço para reivindicar melhorias na gestão das águas, trocar saberes tradicionais e acadêmicos e lutar pelo direito dos povos a água limpa e para todos, assim como, pautar as relações juventude e

[7] Disponível em https://cbhmacae.eco.br/a-bacia/mapas, acessado dia 25 de fevereiro de 2025, às 18h08.

águas e gênero e águas. Temática que surge nestes eventos através da articulação dos jovens presentes nas Bacias Hidrográficas, entre eles, do projeto NEA-BC.

Em 2014, uma das jovens integrantes do projeto NEA-BC esteve presente no XV ENCOB, realizado em Alagoas, sendo convidada para compor a mesa de abertura do evento como representante da juventude brasileira. Apesar de ser uma representação simbólica, estritamente visual, esse acontecimento fortaleceu ainda mais o desejo da juventude do projeto NEA-BC em enxergar mais jovens em locais de destaque, não apenas de forma figurativa, mas de forma igualitária nas decisões públicas.

Foto 1: Jovem participante do projeto NEA-BC integrando a mesa de abertura do XV Encontro Nacional de Bacias Hidrográficas.



Fonte: Banco de registros do Projeto NEA-BC, 2024.

Todas as ações feitas pelos membros do projeto junto aos espaços dos CBHs são definidas após discussão em uma instância deliberativa dentro do próprio projeto NEA-BC: a Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Essa comissão reúne participantes de todos os municípios onde há o projeto NEA-BC e que compõem determinado CBH. Nas reuniões deste espaço são discutidas as pautas e outras deliberações julgadas importantes pelos participantes para que os representantes do projeto possam atuar no CBH. Ao realizar sua atuação no espaço de controle social, o representante do projeto é auxiliado com o apoio dos membros da equipe técnica, mas sem que se deixe de lado o protagonismo dos comunitários. A maioria dos participantes da comissão regional são jovens, o que mostra o interesse destes nas discussões relacionadas aos recursos hídricos regionais e sua gestão.

Foto 2: Foto da Reunião da Comissão realizada em 2016.



Fonte: Banco de registros do Projeto NEA-BC, 2016.

Além das comissões e câmaras técnicas já existentes nos CBHs, os jovens participantes do NEA-BC têm auxiliado a construção das Comissões de Juventude e Recursos Hídricos, como forma de ampliar o debate de juventudes e águas nestes espaços. Através da atuação de dois jovens representantes do NEA-BC dos municípios de Macaé e Rio das Ostras no CBH desta região, foi criado a partir do ano de 2015 a Comissão de Juventude que articulou a realização do 1° Fórum de Juventudes do CBH Macaé e Rio das Ostras e que se repetiu todos os anos desde então, inclusive durante os anos da pandemia do COVID-19 de forma on-line[8]. Os fóruns de juventude foram importantes espaços de diálogo entre os jovens e entre os membros do comitê, dando ênfase aos seus anseios e a sua forma de ver e gerir os recursos hídricos da região. Cada um dos fóruns trouxe uma temática a ser abordada e ao final foram construídas cartas reivindicativas e propositivas que pudessem ser utilizadas como norteadoras das decisões a serem tomadas nos espaços do CBH e em instâncias maiores de gestão das águas.

[8] Disponível em https://cbhmacae.eco.br/cbh-macae-realiza-ii-forum-da-agua-e-juventude, acessado dia 25 de fevereiro de 2025, às 18h11

A partir de 2019 os jovens do CBH Lagos São João, em sua maioria integrantes do projeto NEA-BC, começaram o processo de construção do seu espaço dentro do comitê e no dia 01 de outubro de 2020, durante o período pandêmico, com as reuniões do comitê acontecendo em formato remoto, um jovem representante do projeto apresentou a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para inclusão da juventude no colegiado, sendo aprovada a sua criação em reunião plenária, realizada em 20 de outubro do mesmo ano. As resoluções que tratam do respectivo GT são a de número 125/2020, que trata de sua criação e a 162/2021, que prorrogou o prazo de funcionamento do grupo de trabalho. Entre as pautas iniciais do GT estava a organização e realização do primeiro fórum de juventudes do CBHLSJ, que aconteceu no dia 19 de outubro de 2022. Destaca-se que a primeira coordenadora do GT de Juventude deste CBH foi uma jovem de 19 anos do projeto NEA-BC de Arraial do Cabo.

O Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João promoveu o 1º Fórum de Juventudes Pelas Águas da região, com o tema “Em busca da justiça socioambiental – uma abordagem sobre o saneamento, degradação, sustentabilidade e direito ambiental”. O evento, desenvolvido a partir de atividades dinâmicas e oficinas temáticas sobre saneamento básico, degradação ambiental, sustentabilidade e direito ambiental, foi realizado no Instituto Federal Fluminense (IFF) de Cabo Frio. Durante o fórum, os participantes envolveram-se em dinâmicas de grupo e oficinas sobre esses temas, com destaque para a elaboração de uma "carta manifesto".

Foto 3: Realização do 1° Fórum de Juventudes pelas Águas da Bacias Hidrográficas Lagos São João.



Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João, 2023[9].

Na carta manifesto, elaborada pelas juventudes presentes no evento, apresentam-se os principais anseios e reivindicações, como a necessidade de atuação prioritária do Comitê de Bacia, em parceria com as prefeituras responsáveis, na fiscalização e implantação de projetos para combater a degradação ambiental. Entre os indicativos apontados estão áreas específicas com alto índice de degradação, como a Comunidade de Chavão no Rio São João, a Praia do Siqueira na Lagoa de Araruama, o Canal da Malhada no Jardim Esperança, a Serra do Mato Grosso em Vilatur, Saquarema, e o Rio Jundiá em Rio das Ostras.

Além das discussões e da elaboração da carta manifesto, os jovens apontaram a importância de ações concretas para enfrentar os desafios ambientais da região, como projetos de reflorestamento, controle da poluição e educação ambiental. Com destaque para participação da população e da disseminação do conhecimento sobre a legislação ambiental para promover um futuro mais sustentável, pensando questões como:

> (...) a degradação ambiental, sobre o qual reivindicamos que o Comitê de Bacia, em parceria com a Prefeituras responsáveis, atuem prioritariamente com projetos e fiscalização sobre as áreas com alto índice de degradação ambiental dos nossos corpos hídricos, como por exemplo: Comunidade de Chavão, no Rio São João; Praia do Siqueira, da Lagoa de Araruama; Canal da Malhada, no Jardim Esperança; Serra do Mato Grosso em Vilatur, Saquarema; e Rio Jundiá, em Rio das Ostras (Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João, 2022).

[9] Disponível em https://cbhlagossaojoao.org.br/cbhlsj-realiza-o-1o-forum-de-juventudes-pelas-aguas-da-bacia-hidrografica-lagos-sao-joao/ , acesso dia 25 de fevereiro de 2025, às 18h15.

A partir disso, pode-se oportunizar a participação da juventude na gestão das águas do RH VI, bem como contribuir para a realização do I Fórum de Juventudes Pelas Águas da Bacia Hidrográfica Lagos São João, que proporcionou a ampliação das discussões, antes feitas apenas em reuniões entre membros do comitê, que em sua grande maioria se compõe de pessoas fora da faixa etária da juventude, para então discutir com o público jovem, por meio de diálogos e escutas acerca de suas demandas e sugestões para a gestão das águas.

Micropolíticas juvenis para o exercício do controle social no projeto NEA-BC

A forma como os jovens do projeto NEA-BC exercem o controle social nos CBHs e, tendo em vista a metodologia da educação ambiental crítica e transformadora à luz de Paulo Freire, é perceptível como a organização possibilita a construção de uma atuação forte e garante a voz da sociedade civil nestes espaços sob a perspectiva juvenil. A forma organizativa dos jovens através das deliberações feitas na Comissão de Recursos Hídricos e Saneamento Básico mostra uma avançada organização micropolítica.

Quando se fala em micropolíticas, enquanto categoria analítica para essa investigação, constitui uma tentativa de abordar variadas formas de organização de pessoas, em escala menor, atuando em pequenas redes, comunidades, associações, grupos culturais populares, pequenos mutirões, dentre outros. O foco não somente está nas mais distintas formas de poder que incidem sobre os espaços de controle social, mas seus específicos saberes, memórias, formas de transmissão e distribuição de conhecimentos e poderes produzidos a partir e por meio da própria manutenção nestes espaços. Esta conceituação baseia-se, principalmente, em Foucault (1971, 1976, 1978 e 1979).

Michel Foucault, nas obras Microfísica do poder (1971), História da Sexualidade (1976) e Vigiar e Punir (1976), bem como nas palestras feitas entre 1978 e 1979, trata o tema da micropolítica, ou micropoder, ao debater sobre as relações de poder, que está dissimulado em todo o mundo, em todas as relações físicas e sociais. Para o autor, a micropolítica é a maneira de desvencilhar a vida das esferas de poder criadas pelo mercado e consecutivamente dos governos, à medida que, seja sozinho ou em pequenos coletivos, os cidadãos tomam suas próprias iniciativas e fazem suas

escolhas sobre seus modos de vida (Foucault, 1971). A partir das conferências de 1976, o autor retorna a temática do Estado e da Soberania, seguindo nas conferências de 1978 e 1979. A população não é mais um alvo do controle estatal, mas um "princípio de limitação" sobre a atividade do Estado. Portanto, o exercício da micropolítica sobre o próprio corpo, e por extensão, a vida social, seria a forma do sujeito se desvencilhar das estruturas de poder governamental/estatal.

Por sua vez, Deleuze e Guattari (1995) afirmam que todas as relações humanas são segmentarizadas: "habitar, circular, trabalhar, brincar, etc" (Deleuze; Guattari, 1995, p. 83). Os autores enfatizam que a sociedade vive em segmentos que podem permitir aos indivíduos recusar os dualismos sociais, por outro lado, o Estado possui seus próprios segmentos e segmentaridade. A segmentaridade do indivíduo e a do Estado são inseparáveis, pois "tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo, macropolítica e micropolítica" (Deleuze; Guattari, 1995, p. 90). As relações de ambas as esferas se influenciam mutuamente. Entretanto, apesar dessas influências de uma esfera para a outra, estudar os agenciamentos complexos a partir do molecular (micro) é suscetível a erros, tanto no campo teórico como prático. Ligando novamente a microfísica foucaultiana, Deleuze e Guattari (1995) reforçam que a micropolítica não é simplesmente a pequenez dos elementos, mas a natureza da massa, o fundo de toda a sociedade.

Lançar mão do conceito de micropolítica e buscar descrever e analisar processos políticos observados ao longo da atuação dos jovens do projeto NEA-BC nos CBHs, entre os anos de 2015 a 2022, pode permitir desvendar o tamanho da importância da participação da juventude em espaços de controle social, na busca de uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato mostra como os jovens do Projeto de Mitigação Ambiental NEA-BC na sua atuação nos CBHs têm demonstrado capacidade organizativa para planejar e executar ações que garantem sua voz nestes espaços e, desta forma, possibilitam uma gestão de recursos hídricos renovada, com um olhar para o futuro e para as necessidades das comunidades onde vivem.

A organização micropolítica de deliberação dos jovens através da Comissão Regional de Recursos Hídricos, utilizando como base a metodologia da problematização onde todos os temas, são amplamente discutidos e a opinião de todos ouvida, mostra como tal dinâmica é profícua, o que pode ser observado através das incidências políticas conquistadas ao longo das quatro fases do projeto.

Com a garantia de espaços próprios de discussão e deliberação, como as Comissões de Juventude e Águas e os Fóruns de Juventude, o debate sobre o tema tem perpetuado nos espaços dos CBHs e sido usados como parâmetros nas plenárias e câmaras técnicas para importantes decisões.

É preciso que espaços assim sejam garantidos em outros CBHs pelo Brasil, tendo em vista que ainda são poucos os comitês que possuem abertura para as falas da juventude. Estes jovens atores precisam, além da garantia de voz, construírem formas de organização micropolítica, sobretudo pela sociedade civil, para o fortalecimento de sua atuação na gestão de recursos hídricos e, também, do exercício do controle social das mais diversas políticas públicas, em especial as de juventude.

REFERÊNCIAS

Álbum de memórias do Grupo Gestor Local de Arraial do Cabo. In: **NEA-BC**: Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos. [Campos dos Goytacazes, RJ: Associação Raízes, 2023]. Disponível em: https://sites.google.com/neabc.org.br/memorias-ggl-arraial/in%C3%ADci>, acessado em 23/08/2023, às 22h30.

Associação Raízes, executora do Projeto NEA-BC. In: **Associação Raízes** [Campos dos Goytacazes, RJ: Associação Raízes, 2024]. Disponível em: https://associacaoraizes.org.br/, acessado em 18/08/2023, às 12h34.

Associação Raízes. **Plano de Trabalho para a IV Fase do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos** - NEA-BC - IV FASE. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2018.

Associação NEA-BC. **Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Negócio do Rio De Janeiro / UN-Rio. Projeto Participativo de Educação Ambiental do Município de Arraial do Cabo**. Rio de Janeiro, março de 2009.

Associação NEA-BC. **Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Operação do Rio de Janeiro / UO-Rio. Terceiro Ciclo: Organização Comunitária.** Fevereiro de 2015.

Associação NEA-BC. **Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Negócios do Rio de Janeiro / UO-RIO. Relatório Final**. 2016.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 23 de março de 2020.

Brasil. **Decreto Lei Nº 200 DE 25 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 07 de abril de 2020.

Brasil. **Decreto nº 6.792, de 10 de março de 2009**. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6792.htm. Acesso em: 06 de abril de 2020.

Brasil. **Lei 73.030, de 30 de outubro de 1973**. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 03 de abril de 2020.

Brasil. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 03 de abril de 2020.

Brasil. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm. Acesso em: 03 de abril de 2020.

Brasil. **Decreto no 99.274, de 6 de junho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Antigos/D99274.htm. Acesso em:20 de agosto de 2022.

Brasil**. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8490-19-novembro-1992-376965-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 03 de abril de 2020.

Brasil. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 04 de abril de 2020.

Brasil. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10**. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Disponível em:http://pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf . Acesso em: 06 de abril de 2020.

Brasil. **Portaria minter nº 445, de 16 de agosto de 1989**. Aprova o anexo Regimento Interno do IBAMA. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1989/p_minter_445_1989_regimento_interno_ibama_revog_p_230_2002.pdf . Acesso em: 06 de abril de 2020.

Brasil. **Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html . Acesso em: 06 de abril de 2020.

Brasil. **Resolução conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html . Acesso em: 06 de abril de 2020.

Brasil. **Tribunal De Contas Da União**. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União. -- Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004. 57p.

Comitê de Bacia do Rio Macaé. Mapas. Regiões Hidrográficas. In: CBH Macaé e Ostras. [Macaé, RJ. Comitê de Bacias Hidrográficas Rio Macaé e das Ostras, 2024] Disponível em: https://cbhmacae.eco.br/a-bacia/mapas/, acessado em 29/04/2024, às 05h.

Comitê de Bacia Lagos São João. CBHLSJ realiza o 1º Fórum de Juventudes Pelas Águas da Bacia Hidrográfica Lagos São João. In: CBH Lagos São João [São Pedro da Aldeia, RJ. Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João, 2024]. Disponível em: https://cbhlagossaojoao.org.br/cbhlsj-realiza-o-1o-forum-de-juventudes-pelas-aguas-da-bacia-hidrografica-lagos-sao-joao/, acessado em: 29/04/2024, às 5h20.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995.

EXPLORA NEA-BC. Disponível em https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDcyZDA0MzYtNjdhOS00MzVhLWIwZGQtMTdjYjg4MjFhZTMwIiwidCI6ImM1YjkyOGVmLWVjZGEtNGI1MS05OGNiLTgwNmZmYzU1NGMyYSJ9, acessado em: 25/02/2025, às 18h.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1971.

NEA-BC inicia a V Fase de execução e avança para o Espírito Santo. In: Associação Raízes [Campos dos Goytacazes, RJ: Associação Raízes, 2024]. Disponível em: https://associacaoraizes.org.br/nea-bc-inicia-a-v-fase-de-execucao-e-avanca-para-o-espirito-santo/, acessado em: 29/04/2024, às 05h52.

Pró-Lideranças NEA-BC: uma experiência inovadora na perspectiva da Educação para Gestão Ambiental. Antônio Nascimento; Jean Marcelo Costa; Suyá Quintslr (organizadores). Salvador: Participar, 2013. 7 v.: il. - (Coleção Organização Comunitária e Incidências em Políticas Públicas).